



Largo D. João III - Santa Cruz
9560-045 Lagoa - Açores

Tlf.: 296 960 600
Fax: 296 916 229
Email: geral@lagoa-acores.pt

AVISO

www.lagoa-acores.pt Procedimento concursal comum para preenchimento de 1 posto
de trabalho na categoria de Fiscal da carreira especial de Fiscalização

1 - Para os efeitos previstos no artigo 11.º n.º 1, alínea a) da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, conjugado com os artigos 33.º n.º 2 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada e publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e n.º 1 artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto, torna-se público que por deliberação da Câmara Municipal de Lagoa - Açores, de 29 de outubro de 2019, encontra-se aberto, pelo prazo de dez dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no Diário da República, procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na categoria de Fiscal da carreira especial de fiscalização, a afetar à atividade Fiscalização Municipal, da Unidade Orgânica de Gestão Urbana e de Infraestruturas.

2 - Legislação aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (LTFP), Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2019, Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, Decreto-Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto, Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de fevereiro e Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

3 - Por deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2019, numa primeira fase, o recrutamento será feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Contudo, atenta a necessidade premente da ocupação destes postos de trabalho e considerando a existência de potenciais candidatos, sem vínculo de emprego público mas que reúnem os requisitos especiais e habilitacionais de candidatura ao procedimento bem como eventual conhecimento e experiência pessoal/profissional das funções a desempenhar, excecionalmente e porque devidamente fundamentado, em caso de impossibilidade de ocupação dos mesmos por quem seja detentor de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, dá-se início ao procedimento concursal dos candidatos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado e a termo e sem vínculo de emprego público.

4 - O local de trabalho onde as funções vão ser exercidas, será na área do Município de Lagoa - Açores, predominantemente, na sede social da Câmara Municipal de Lagoa, sita no Largo D. João III,

9560-045, Santa Cruz, Lagoa, podendo, no entanto, serem executados trabalhos fora da área do concelho, sempre que ocorram situações que assim o exijam.

5 - Caracterização do posto de trabalho:

Desempenho das funções previstas no conteúdo funcional da categoria de Fiscal da carreira especial de fiscalização, a que se refere o artigo 8.º do Decreto - Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto, nomeadamente: o acompanhamento no local, assegurando o cumprimento das normas legais e regulamentares, informando sobre as irregularidades verificadas, prevenindo riscos e perigos para a saúde, segurança e integridade de pessoas e bens e garantindo o cumprimento de notificações e comunicações legalmente determinadas.

No exercício das suas funções, o trabalhador integrado na carreira especial de fiscalização elabora autos de notícia, de contraordenação ou transgressão por infração das normas legais e regulamentares, melhor caracterizada, em termos gerais no artigo 36.º, da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, em vigor.

6 – Posição remuneratório:

Após o termo do procedimento concursal a Câmara Municipal de Lagoa - Açores negociará com o trabalhador recrutado a fim de determinar o seu posicionamento remuneratório, conforme preceitua o artigo 38.º da LTFP e o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto, sendo a posição remuneratória de referência a 1.ª posição, nível remuneratório 5, da categoria de fiscal, a que corresponde o valor de 683,13€, da Tabela Remuneratória Única.

7 - O período experimental rege-se pelas disposições aplicáveis constantes dos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto com a duração de seis meses ou a duração do curso de formação específico, caso esta seja superior.

7. 1 - Curso de formação específico. Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto, a integração na carreira especial de fiscalização depende de aprovação em curso de formação específico, a ministrar pelo organismo central de formação para a Administração Local. O curso de formação específico tem a duração mínima de seis meses. A frequência do curso de formação tem lugar durante o período experimental, cuja duração corresponde à duração do curso de formação específica caso esta seja superior. A aprovação no curso de formação específica depende de uma classificação final não inferior a 14 valores, numa escala de 0 a 20 valores.

8 - Só podem ser admitidos ao procedimento concursal os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, satisfaçam os seguintes requisitos:

8.1 - Requisitos gerais de admissão:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;

d) Possuir robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

8.1.1 - A entrega dos documentos comprovativos da posse destes requisitos de admissão é dispensada, aquando da candidatura desde que o candidato declare, sob compromisso de honra, no campo respetivo do formulário tipo de candidatura (campo 7), a situação em que se encontra perante os mesmos, com exceção da alínea c).

8.2 - Requisitos específicos:

- 12.º ano de escolaridade, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação e, ou, experiência profissionais;

- Idoneidade para o exercício de funções.

8.2.1 – De acordo com o disposto na alínea k) do n.º 4 do artigo 1.º da Portaria n.º 125-A/2019, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal deste município, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.

9 - Reserva de recrutamento: Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, declara-se que, internamente, não existem reservas de recrutamento.

10 - Declara-se não obstante o disposto na Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro, de acordo com a Circular n.º 92/2014-PB, emitida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, que disponibiliza a nota técnica n.º 5/JP/2014, emitida, em 5 de Maio de 2014, pela Secretaria de Estado da Administração Pública e que acolhe a posição já amplamente partilhada pelos Municípios e inúmeros Juristas que se debruçaram sobre a matéria, "A Administração Local encontra-se abrangida pela aplicabilidade da Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro, no entanto, está dispensada de consultar o INA, assumindo cada entidade elencadas no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, a posição de EGRA, enquanto essa não esteja constituída nos termos do artigo 16.º- A do mesmo diploma legal." A DGAL também disponibilizou a sua solução interpretativa uniforme sobre a matéria e que dispõe que "As autarquias locais não têm de consultar a Direção Geral de Requalificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação.

11 - Forma e prazo de candidaturas: a candidatura é efetuada nos 10 dias úteis a contar da data da presente publicação, em suporte de papel através do preenchimento de formulário de utilização obrigatória, disponibilizado na página eletrónica deste município (www.lagoa-acores.pt) e na subunidade orgânica de Recursos Humanos, com identificação expressa da referência do procedimento concursal a que corresponde a candidatura, e entregue pessoalmente na subunidade orgânica de Recursos Humanos, de segunda a quinta-feira das 8h30 às 12h30 e das 13h15 às 17h00, sexta-feira das 8h30 às 12h30 no prazo fixado, ou enviadas por correio registado, desde que a receção

ocorra dentro do prazo fixado, para Largo D. João III, Freguesia de Santa Cruz, 9560-045 Lagoa - Açores, e endereçada à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Se as candidaturas forem remetidas por correio, o Candidato é o único responsável pelos atrasos que eventualmente se verifiquem, não se considerando tempestivamente apresentada a candidatura ou os documentos que a acompanham que sejam entregues depois da data e hora limites referidos, ainda que o invólucro correspondente tenha sido expedido anteriormente.

Não serão aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico. Também não será aceite o envio dos documentos exigidos por via eletrónica.

11.1 - Devem os candidatos apresentar juntamente com o formulário de candidatura, os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Fotocópia legível do certificado de habilitações;
- b) Curriculum Vitae detalhado e atualizado;
- c) Registo criminal atestando a idoneidade para o exercício de funções;
- d) No caso de o candidato possuir relação jurídica de emprego público, deverá apresentar declaração emitida pelo serviço em que exerce funções ou a que pertence, devidamente atualizada (com data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas) da qual conste, de forma inequívoca:

A modalidade de relação jurídica de emprego público que detém;

A carreira e a categoria, bem como a posição remuneratória detida;

A antiguidade na função pública, na carreira, na categoria e no exercício da atividade que atualmente exerce;

A caracterização do posto de trabalho que ocupa, ou ocupou por último, no caso dos trabalhadores em situação de mobilidade especial, com identificação das atividades que se encontra a exercer, bem como a data a partir da qual as exerce;

As menções quantitativas e qualitativas da avaliação de desempenho dos últimos 3 anos, ou declaração de que o candidato não foi avaliado nesse período, com respetiva fundamentação.

11.2 - Os candidatos deverão, ainda, juntar os comprovativos das ações de formação e seminários frequentados, e da sua experiência profissional, sob pena de não serem considerados pelo júri.

11.3 - Os documentos entregues, quando emitidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados da respetiva tradução oficial e, quanto ao certificado de habilitações, deverá estar devidamente reconhecido.

11.4 - Aos candidatos que exerçam funções nesta autarquia não é exigida a apresentação de outros documentos comprovativos dos fatos indicados no Curriculum, desde que expressamente refiram no formulário de candidatura que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual.

11.5 - Assiste ao júri, a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações que efetuou sob compromisso de honra e dos elementos que descreveu no seu CV.

11.6 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

12 - Métodos de seleção:

12.1 – Nos termos do artigo 36.º da LTFP conjugado com os artigos 5.º e 6.º, ambos da Portaria, os métodos de seleção a adotar serão, para a generalidade dos candidatos:

- a) Prova de conhecimentos, destinadas a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função;
- b) Avaliação psicológica, destinada a avaliar as restantes competências exigíveis ao exercício desta função; e
- c) Entrevista de avaliação das competências exigíveis ao exercício da função.

12.1.1 - Prova de Conhecimentos (PC): visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa. Nesta prova é adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

12.1.2 - A prova escrita teórica, de realização coletiva, terá questões de desenvolvimento e ou de pergunta direta, com possibilidade de consulta de legislação não anotada/comentada.

Terá a duração de duas horas e tolerância de quinze minutos para a entrada na sala, com o seguinte programa:

12.1.3 - Bibliografia e legislação:

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na sua redação atual; Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro e sucessivas alterações; CRP-Constituição da República Portuguesa, na sua atual redação; Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro-Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico; Lei n.º 169/99, de 18 de setembro-Regime Jurídico dos Órgãos Autárquicos, na sua atual redação; Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua atual redação; Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro-Código do Procedimento Administrativo; diversos Regulamentos Municipais nomeadamente: Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Lagoa; Regulamento do Cemitério Municipal e Casa Mortuária; Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças; Regulamento Municipal de Indemnização Civil por Sinistro Ocorrido em Vias Municipais; Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas; Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Automóveis; Regulamento Municipal de Toponímia; Regulamento de RSU; Regulamento do PDM Lagoa; Regulamento do Plano de Urbanização de Água de Pau; Regulamento do Plano de Urbanização de Lagoa; Regulamento do Plano Urbanização e Salvaguarda da Caloura, todos disponíveis na página eletrónica do Município; Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro; Decreto Legislativo Regional n.º 39/2008/A, altera o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2003/A, de 9

de abril, que aprova o novo Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores.

12.2 - Avaliação psicológica: destinada a avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. A valoração deste método de seleção é a que consta do n.º 3 do artigo 9º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

12.3 - Entrevista de avaliação de competências (EAC): visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. A avaliação deste método de seleção será feita de acordo com o estabelecido no n.º 5 artigo 9º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

12.4 - No recrutamento de candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho em causa, que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, os métodos de seleção são os seguintes:

a) Avaliação curricular incidente especialmente sobre as funções desempenhadas na categoria e no cumprimento ou execução da atribuição, competência ou atividade em causa e nível de desempenho nelas alcançadas; e

b) Entrevista de avaliação das competências exigíveis ao exercício da função.

12.4.1 - Avaliação Curricular (AC) - Visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para os postos de trabalho a ocupar e que são os seguintes: habilitação académica, formação profissional, experiência profissional e avaliação do desempenho. A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada dos elementos a avaliar, conforme consta das atas n.º 1 dos procedimentos concursais.

12.4.2 – Entrevista de avaliação de competências (EAC): visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. A avaliação deste método de seleção será feita de acordo com o estabelecido no n.º 5 artigo 9º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

12.5 - Nos termos estatuídos no n.º 3 artigo 36º, do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, os métodos de seleção referidos supra podem ser afastados pelos candidatos através de declaração escrita, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos para os restantes candidatos.

12.6 - Será faseada a utilização dos métodos de seleção, quando tenham sido admitidos candidatos em número igual ou superior a 100, da forma prevista no artigo 7º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.



12.7 - Os candidatos serão convocados para a realização dos métodos de seleção nos termos previstos no artigo 24.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do artigo 10.º, com indicação do dia, hora e local em que os mesmos terão lugar.

12.8 - A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista ordenada alfabeticamente, a afixar junto ao Placard da subunidade orgânica Recursos Humanos, no edifício dos Paços do Concelho de Lagoa - Açores, e disponibilizada na página eletrónica do município (www.lagoa-acoeres.pt).

12.9 - A ordenação final (OF) resultará da aplicação de uma das seguintes fórmulas:

a) $OF = (50 \% \times PC) + (25 \% \times AP) + (25 \% \times EAC)$, sendo que:

OF - ordenação final;

PC - prova de conhecimentos;

AP - avaliação psicológica;

EAC - entrevista de avaliação de competências.

b) $OF = (40 \% \times AC) + (60 \% \times EAC)$, para os candidatos que reúnam as condições referidas no n.º 2 do artigo 36.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caso não tenham exercido a opção pelos métodos anteriores.

Sendo que:

OF - ordenação final;

AC - avaliação curricular;

EAC - entrevista de avaliação de competências.

12.10 - Em situação de igualdade de valoração, aplicar-se-á o disposto no artigo 27.º da portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

12.11 - Cada um dos métodos de seleção é eliminatório, pela ordem enunciada na lei, ficando excluídos do procedimento, os candidatos que obtenham valoração inferior a 9,5 valores ou não compareçam para a sua realização.

13 - Composição do júri:

Presidente: Andreia de Moraes Lobo Delfim, Chefe de Divisão de Gestão Urbana e de Infraestruturas;

Vogais efetivos: Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão, Chefe de Divisão de Administração Geral, que substitui a Presidente nas suas faltas e impedimentos e Germano Martins de Sousa, Fiscal;

Vogais suplentes: Mário Jorge Medeiros Varão, Fiscal e Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior.

14 - As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e ponderação dos métodos de seleção a utilizar, as grelhas classificativas e os sistemas de valoração final dos métodos, serão facultados aos candidatos sempre que solicitadas.

15 - De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 22.º e n.º 1 do artigo 28.º da portaria supracitada, os candidatos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 1 do artigo 23.º da mesma portaria, para a realização da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

16 - Após homologação, as listas unitárias da ordenação final dos candidatos aprovados serão publicitadas na 2.^a série do Diário da República, afixadas no Edifício dos Paços do Concelho no placard localizado junto à subunidade orgânica Recursos Humanos, bem como, disponibilizadas na página eletrónica do município (www.lagoa-acores.pt).

17 - Nos termos do Despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

18 - Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência que se enquadre nas circunstâncias e situações previstas na lei, tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

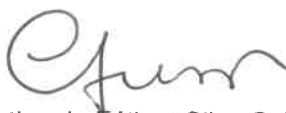
Os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau e tipo de incapacidade.

19 - Prazo de validade: O procedimento concursal é válido pelo prazo de 18 meses, nos termos do n.º 4 do artigo n.º 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

20 - Nos termos do disposto no n.º 1 alínea b) e c) do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica do Município (www.lagoa-acores.pt) no 1.º dia útil contado da data da publicação no Diário da República, e, por extrato, num jornal de expansão nacional, no prazo de três dias úteis contados da mesma data.

Paços do Concelho de Lagoa – Açores, 11 de dezembro de 2019

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



Cristina de Fátima Silva Calisto.

